

ARTIGOS

A informação científica na promoção do uso seguro das plantas medicinais e dos fitoterápicos

Ana Cláudia de Brito Passos

Departamento de Farmácia da Universidade Federal do Ceará

Membro do Grupo de Prevenção ao Uso Indevido de Medicamentos - GPUIM

Farmacêutica do Centro de Informação sobre Medicamentos da Universidade Federal do Ceará (CIM/UFC)

<https://orcid.org/0000-0001-7837-5978>

E-mail: claudiab@ufc.br

A palavra informação (do latim: *informare*) significa dar forma a um conjunto de dados para torná-los significativos e úteis. Pode-se afirmar que

a informação constitui-se um suporte básico para toda atividade humana e que o nosso cotidiano é um processo permanente de problemas, onde buscar alternativas para solucioná-los, atingir metas e cumprir objetivos requerem conhecimento e, portanto, informação [...] o significado que o homem atribui a um determinado dado, por meio de convenções e representações (Carvalho; Eduardo, 1998, p. 1).

No que se refere a informação científica, esta é considerada como um insumo fundamental para o desenvolvimento científico e tecnológico de um país (Firme, Miranda, Silva, 2017). Esse tipo de informação, resultado das pesquisas científicas, é divulgado à sociedade por meio de revistas científicas, as quais nem sempre estão disponíveis apesar do grande volume de informações on-line (Kuramoto, 2006). Vale ainda destacar que além do acesso outro fator muito importante é a qualidade das informações disponibilizadas que devem ser confiáveis e atualizadas, bem como a linguagem utilizada nestas publicações que requer do leitor alguns conhecimentos prévios para uma leitura crítica, reflexiva e que possa ser usada na tomada de decisão.

De acordo com Castro (2006, p. 58), “o fluxo da comunicação científica inclui a publicação formal de resultados de pesquisa, a recuperação de informação, o acesso à literatura publicada e a comunicação informal e de intercâmbio entre pesquisadores”. Percebe-se que neste fluxo, o leitor precisa ter algumas habilidades, conhecimentos e tempo para acessar o conhecimento disponível e utilizá-lo de forma adequada. Desta forma, há uma lacuna entre o que é produzido em termos de conhecimento científico e sua aplicação na resolução dos problemas nos diversos cenários.

Vale destacar que com o advento da internet, ocorreu um processo de dinamização do fluxo da comunicação científica, impactando no modo de fazer ciência, integrando a comunidade científica a outros setores da sociedade, atuando em redes colaborativas. Desta forma, a produção do conhecimento científico não se restringe somente à comunidade científica, mas também a comunidade em geral, que tem acesso as informações e pode verificar a confiabilidade dos resultados e as implicações sociais dos avanços de pesquisas (Abrantes; Martins, 2007). Mas a lacuna continua, porque não se trata apenas de ter acesso, mas de compreender o que está sendo produzido e incorporar isso no dia a dia, qualificando os processos de trabalho e a tomada de decisão de forma mais assertiva.

Neste contexto, para a promoção do uso seguro e correto das plantas medicinais e de fitoterápicos, a informação científica é fundamental, pois dá maior robustez aos relatos do uso popular desses produtos. Os avanços que tem acontecido ao longo das últimas décadas nas ciências da saúde e o crescente desenvolvimento do conhecimento, gerou um crescimento exponencial de informações, nos levando a refletir sobre o que é realmente importante e que tem qualidade para embasar não apenas a tomada de decisão, mas também para o exercício da plena cidadania através do acesso democrático das informações. No entanto, o acesso às informações certas, no tempo certo e no formato certo, em linguagem que atenda às necessidades de quem dela precisa, nem sempre é tão simples (Pedroso; Andrade; Pires, 2021).

Dentro deste panorama, se faz necessário um maior empenho, no sentido de fornecer informações de qualidade sobre as plantas medicinais e fitoterápicos, pois a segurança e a eficácia na utilização das mesmas dependem da identificação correta da planta, do conhecimento de qual parte deve ser usada, do modo de preparo, das formas de uso e da dose adequada, que agregam saberes do uso popular consolidado, com base nas melhores evidências científicas.

Ter acesso a informações de qualidade, numa linguagem acessível e com base nas melhores evidências é um desafio diante da “avalanche de informações atualmente disponíveis” (Veloso *et al.*, 2023). Uma questão importante neste cenário, é se esta informação é independente, imparcial e se atende à necessidade de quem dela precisa, numa linguagem que seja adequada.

Sabe-se que sem informação adequada, os medicamentos, principal recurso terapêutico utilizado em todo o mundo, pode levar a sérios problemas em termos de morbidade ou mortalidade, tornando-se um relevante problema de saúde pública (Souza *et al.*, 2014). Assim, fornecer informações apropriadas para a promoção do uso correto dos medicamentos é um componente central para alcançar melhores resultados em saúde (Silva *et al.*, 1997) e, portanto, na oferta de serviços de saúde de qualidade. Essa premissa também se aplica ao uso das plantas medicinais, cujo uso milenar perpassa gerações e que também pode levar a riscos, quando não utilizada de forma adequada. Inclusive, com a inserção das Práticas Integrativas e Complementares no contexto dos cuidados em saúde, o uso das plantas medicinais ganhou mais relevo, com o resgate de saberes populares, promovendo um cuidado mais holístico, valorizando o autocuidado e a efetiva participação do paciente em todo o processo (Patrício *et al.*, 2022).

Uma outra questão importante é que para a oferta de serviços de saúde de qualidade é fundamental o preenchimento da lacuna existente entre as melhores práticas (com base nas pesquisas científicas) e os cuidados prestados no cotidiano dos serviços.

Desta forma, para fornecer o melhor tratamento aos pacientes, as decisões devem ser baseadas nas melhores evidências científicas disponíveis, que por sua vez devem ser aquelas provenientes de estudos com boa qualidade e rigor metodológico, que forneçam informações relevantes sobre a prática clínica.

No entanto, sabe-se que há um “gap” entre a realidade da oferta dos serviços de saúde e o que se produz na comunidade científica. Além de que, também são necessárias competências e habilidades para o adequado acesso e a avaliação crítica das publicações científicas. O uso de protocolos e as diretrizes clínicas baseadas nas melhores evidências representam importantes referências para os profissionais de saúde na tomada de decisão (Lehane et al., 2018). No entanto, estudos relatam que os profissionais de saúde não utilizam estas ferramentas no seu dia a dia (IOM, 2009).

Falar dos motivos que levam os profissionais a não incorporar no seu dia a dia as melhores evidências científicas, nos leva a pensar na Prática Baseada em Evidência (PBE), definida como “abordagem que associa a melhor evidência científica disponível, com a experiência clínica e a escolha do paciente para auxiliar na tomada de decisão”. Este termo nasce nos anos de 1990 e de acordo com Schneider, Pereira e Ferraz (2020, p. 2), são vários os motivos que levam os profissionais e até gestores a não utilizar a PBE: não possuem conhecimentos e habilidades para sua aplicação, não acreditam que a PBE possibilite melhores resultados quando comparados ao cuidado tradicional, grande quantidade de informações nos periódicos, tempo e recursos escassos para buscar e avaliar as evidências disponíveis, ausência de apoio administrativo, pouco incentivo das instituições e resistência para mudanças.

A Academia Nacional de Medicina dos Estados Unidos, conhecida como *Institute of Medicine* estabeleceu como meta que, até 2020, 90% das decisões clínicas fossem apoiadas por informações clínicas precisas, oportunas e atualizadas e refletissem as melhores evidências disponíveis para alcançar os melhores resultados para os pacientes (IOM, 2009). No entanto, as lacunas continuam e neste cenário se inserem os Centros e Serviços de Informação sobre Medicamentos (CIM/SIM) como importantes estratégias para a rede de serviços de saúde, diante dos problemas relacionados ao uso de medicamentos (Possamai; Dacoreggio, 2007; Grossman et al., 2020).

O termo “informação sobre medicamentos” foi desenvolvido no início dos anos de 1960, mesma década em que foi criado o primeiro CIM, no Centro Médico da Universidade de Kentucky, nos Estados Unidos (Vidotti et al., 2000). Segundo Gabay (2017) a criação do CIM da Universidade de Kentucky foi um marco na mudança do papel do farmacêutico, de mero “distribuidor de medicamentos” para um especialista em terapia medicamentosa e membro integrante da equipe de cuidado ao paciente. A Informação sobre medicamentos (IM) é definida como a “provisão de informação imparcial, bem referenciada e criticamente avaliada sobre qualquer aspecto da prática farmacêutica” (Vidotti et al., 2000, p. 20). O acesso a este tipo de informação, assim como a produção da mesma, requer conhecimentos e habilidades dos profissionais que atuam nesse campo.

Papel dos Centros e Serviços de Informação sobre Medicamentos (CIM/SIM) como veiculadores de informações científica de qualidade

Os CIM/SIM são definidos como “unidades operacionais que fornecem informações técnico-científicas sobre medicamentos de forma objetiva, oportuna, atualizada e imparcial, como parte de uma estratégia para atender a necessidades específicas de informação, representando um grande aliado na promoção do uso racional de medicamentos” (Pereira-Silva et al., 2023, p. 2).

Vale destacar que os CIM/SIM “não constituem apenas uma fonte de consulta, ou um local em que são encontrados documentos ou referências bibliográficas, mas, caracterizam-se como um serviço que fornece soluções para problemas específicos sobre medicamentos ou para situações clínicas reais de um paciente” (Brasil, 2020, p. 15). Tratam-se de serviços que podem funcionar dentro de instituições, e podem atender demandas locais, regionais ou nacionais.

As diversas atividades realizadas pelos CIM/SIM, no contexto brasileiro, ocorrem em diferentes cenários, como em nível de secretarias municipais e estaduais de saúde, em universidades, em grandes redes de farmácias, em âmbito hospitalar, demonstrando perfis e escopos de atuação distintos. No entanto, em todos estes cenários, há a disponibilização de informações essenciais aos profissionais de saúde e a população em geral, subsidiando a tomada de decisões.

Os CIM/SIM podem desenvolver diversas atividades, dentre estas podemos citar: 1) elaboração de informes técnicos para assessorar comissões, como a de farmácia e terapêutica; 2) colaborar na seleção e estabelecimentos de critérios de utilização de medicamentos; 3) elaboração de manuais/guias de práticas seguras como o de administração de medicamentos; 4) elaboração de boletins informativos; 5) colaborar na avaliação de possíveis interações medicamentosas e reações adversas; 6) contribuir com serviços de farmácia clínica. Esses serviços podem também realizar atividades educativas como palestras, oficinas e capacitações (Brasil, 2020).

As atividades desenvolvidas pelos CIM/SIM podem ser classificadas em **passiva** (reativa) e **ativa** (proativa). A primeira diz respeito ao atendimento das dúvidas relacionadas aos medicamentos e plantas medicinais com finalidade terapêutica, oriundas de profissionais de saúde e da população em geral. Neste grupo de atividade, ocorrem diversas etapas: análise das perguntas, pesquisa em fontes de informação científica, como artigos publicados em periódicos, busca em bases de dados ou fontes terciárias, como livros e avaliação das informações obtidas para elaboração das respostas. Já as atividades ativas são aquelas relacionadas a produção de informações sem que a necessidade da informação parta dos usuários. A informação pode ser divulgada por meio de boletins ou folhetos informativos, cartilhas, manuais, elaboração de alertas, entre outros (Vidotti *et al.*, 2000; Brasil, 2020). Uma questão importante a ser destacada é que os temas desses materiais informativos podem ser respostas às necessidades de informação que surgem no dia a dia dos CIM/SIM, para prover informação de qualidade na área de medicamentos. Segundo Silva e colaboradores, os CIM funcionam como “observatórios não somente das práticas, mas sobretudo das culturas dominantes nessa área, podendo assim fornecer subsídios às políticas gerais de medicamentos, bem como a estratégias para a abordagem de problemas localizados” (Silva *et al.*, 1997, p. 534).

Os CIM/SIM também podem realizar Estudos de Utilização de Medicamentos (EUM) e colaborar na revisão das listas de medicamentos essenciais dos municípios e estados fornecendo informação para apoio na inclusão ou na exclusão de medicamentos. Vale ainda ressaltar que como grande uso das redes sociais pela população, os CIM/SIM também têm utilizado esta ferramenta para divulgação de informação sobre medicamentos, sendo importante atentar para a linguagem utilizada, adequando-se ao público que as utiliza (Cruciol; Alvarenga; Amaral, 2023). Na Figura 1 descreve-se o fluxo de trabalho de um CIM/SIM.

Figura 1 - Dinâmica de um CIM/SIM

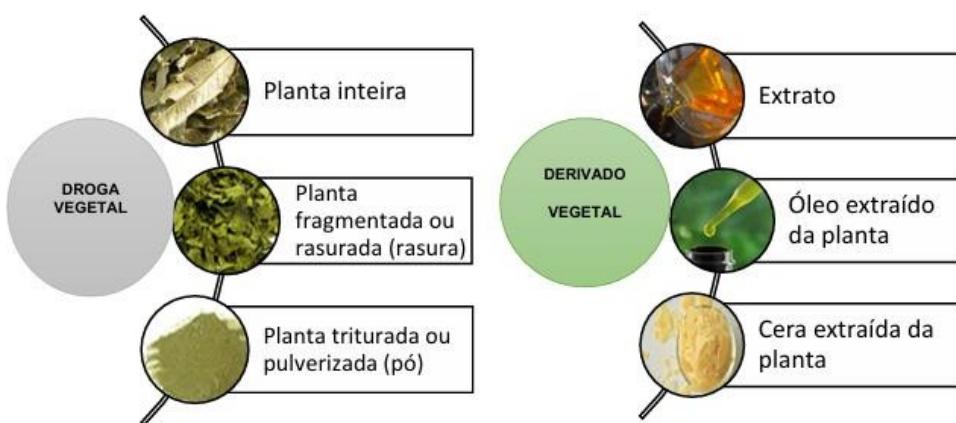


Fonte: CIM/UFC (2024)*

Informações sobre o uso correto das plantas medicinais e de fitoterápicos: uma necessidade

Define-se como planta medicinal aquela planta que possui substâncias que, quando administradas ao ser humano, pode prevenir, curar ou tratar doenças e que têm tradição de uso pela população ou comunidade. Para seu correto uso, são necessárias informações que incluem desde a forma adequada de plantio, parte utilizada e forma adequada de preparação. Já os fitoterápicos são medicamentos obtidos a partir de uma planta medicinal, sendo comercializados ou distribuídos em formas farmacêuticas as quais podem conter a planta seca (DROGA VEGETAL) ou por produtos obtidos dela (derivados vegetais) (Anvisa, 2022). Veja a Figura 2.

Figura 2 - Diferentes formas da droga vegetal e do derivado vegetal que compõem o fitoterápico.



Fonte: Anvisa (2022).

• De acordo com o Conselho Federal de Farmácia (CFF), no Brasil, existem atualmente 26 (Vinte e seis) CIM/SIMs, os quais estão inseridos em diferentes contextos, representando importante recurso no acesso a informações de qualidade para profissionais de saúde e população em geral. Ver: **Conheça outros CIM**. Disponível em: <https://site.cff.org.br/cebrim>. Acesso em: 14 Jan. 2025

Na Relação Nacional de Medicamentos (RENAME) (Brasil, 2022), foram inseridos diversos fitoterápicos os quais são listados no Quadro 1, a seguir, e que foram selecionados tendo em vista as evidências científicas que comprovam suas indicações. O conhecimento quanto ao uso correto destes fitoterápicos é fundamental e deve ser fortalecido no âmbito dos serviços de saúde e para a população em geral.

A PNPMF tem como uma de suas diretrizes, estabelecer estratégias de comunicação para divulgação sobre as plantas medicinais e fitoterápicos, assim podemos destacar a importância do estímulo aos profissionais de saúde e a população quanto ao uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos onde a informação com base nas melhores evidências (Brasil, 2016).

Quadro 1 – Lista de Fitoterápicos inseridos na RENAME, 2022.

Fitoterápico (nome popular)	Nome científico
Alcachofra	<i>Cynara scolymus</i> L.
Aroeira	<i>Schinus terebinthifolia</i> raddi
Babosa	<i>Aloe vera</i> (L.) Burm.f
Cáscara-sagrada	<i>Rhamnus purshiana</i> D.C.
Espinheira-santa	<i>Maytenus officinalis</i> Mabb
Garra-do-diabo	<i>Harpagophytum procumbens</i>
Guaco	<i>Mikania glomerata</i> Spreng
Hortelã	<i>Mentha x piperita</i> L.
Isoflavona de soja	<i>Glycine max</i> (L.) Merr
Plantago	<i>Plantago ovata</i> Forssk.
Salgueiro	<i>Salix alba</i> L.
Unha-de-gato	<i>Uncaria tomentosa</i> (Willd. ex Roem. & Schult.)

Fonte: Brasil (2022)

Dante do exposto, percebe-se que a informação científica de qualidade é de fato crucial na promoção do uso correto das plantas medicinais e fitoterápicos. Deve-se sensibilizar profissionais, gestores e toda a comunidade a utilizarem as melhores fontes disponíveis, sobretudo quanto ao uso dos CIM/SIMs que continuam a fornecer importante apoio neste contexto.

Referências

ABRANTES, A. A.; MARTINS, L. M. A produção do conhecimento científico: relação sujeito-objeto e desenvolvimento do pensamento. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, SP, v. 11, n. 22, p. 313–325, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832007000200010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/jNXHHJnmpN4pvfwMbTYjgFz/?lang=pt>. Acesso em: 28 fev. 2025

ANVISA. **Orientações sobre o uso de Fitoterápicos e plantas medicinais**. 2022. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/medicamentos/publicacoes-sobre-medicamentos/orientacoes-sobre-o-uso-de-fitoterapicos-e-plantas-medicinais.pdf>. Acesso em: 14 Jan. 2025.

ARNOUS, A. H.; SANTOS, A. S.; BEINNER, R. P. C. Plantas medicinais de uso caseiro - conhecimento popular e interesse por cultivo comunitário. **Revista Espaço para a Saúde**, Londrina, v.6, n.2, p.1-6, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/285360802_Plantas_medicinais_de_uso_caseiro_-_conhecimento_popular_e_interesse_por_cultivo_comunitario. Acesso em: 14 Jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. **Política e Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_programa_nacional_plantas_medicinais_fitoterapicos.pdf. Acesso em: 14 Jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. **Centros e Serviços de Informação sobre Medicamentos**: princípios, organização, prática e trabalho em redes para promoção do Uso Racional de Medicamentos. Brasília : Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/centros_servicos_informacao_medicamentos.pdf. Acesso em: 14 Jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. **Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME)**. Brasília : Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://www.conass.org.br/wp-content/uploads/2022/01/RENAME-2022.pdf>. Acesso em: 14 Jan. 2025.

CARVALHO, A. O.; EDUARDO, M. B. P. **Sistemas de Informação em Saúde para municípios**. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1998. v.6. (Saúde e Cidadania). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_cidadania_volume06.pdf. Acesso em: 14 Jan. 2025.

CASTRO, R. C. F. Impacto da Internet no fluxo da comunicação científica em saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 40, n. Esp, p. 57-63, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102006000400009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/rjw3hDsS6zgQ97R8TL6fZVD/?lang=pt>. Acesso em: 28 fev. 2025.

CHEROBIN, F. et al. Plantas medicinais e políticas públicas de saúde: novos olhares sobre antigas práticas. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.32, n. 3, p. 1 - 17, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312022320306>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/mtGJXwpsZtq8GwFhdgpryRC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 mar. 2025.

CRUCIOL, J. M.; ALVARENGA, T. M.; AMARAL, N. V. INFOMED - Direto da bula: aplicação do uso de mídias sociais digitais como forma de divulgação sobre uso racional de medicamentos. **Revista de Saúde Pública do Paraná**, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 1-8, 14 fev. 2023. DOI: <https://doi.org/10.32811/25954482-2023v6n1.759>. Disponível em: <http://revista.escoladesaude.pr.gov.br/index.php/rspp/article/view/759>. Acesso em: 06 mar. 2025.

FIRME, S.M.; MIRANDA, A. C. D.; SILVA, J.A. Produção do conhecimento científico: um estudo das redes colaborativas. **Biblos**, v. 31, n. 2, p. 45-61, 2017. DOI: <https://doi.org/10.14295/biblos.v31i2.8019>. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/8019>. Acesso em: 15 Jan. 2025.

GABAY, M. P. The evolution of drug information centers and specialists. **Hospital Pharmacy**, v. 52, n. 7, p. 452-453, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1177/0018578717724235>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0018578717724235>. Acesso em: 28 fev. 2025.

GROSSMAN, S. et al. Survey of drug information centers in the United States—2018. **American Journal of Health-System Pharmacy**, v. 77, n. 1, p. 33-38, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1093/ajhp/zxz267>. Disponível em: <https://academic.oup.com/ajhp/article/77/1/33/5632146?login=true>. Acesso em: 28 fev. 2025.

IOM (Institute of Medicine). **Leadership Commitments to Improve Value in Health Care: Finding Common Ground: Workshop Summary**. Washington, DC: The National Academies Press, 2009. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK52851/pdf/Bookshelf_NBK52851.pdf. Acesso em: 15 Jan. 2025.

KURAMOTO,H. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. **Ciência da informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 91-102, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652006000200010>. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1144>. Acesso em: 28 fev. 2025.

LEHANE, E. et al. Evidence-based practice education for healthcare professions: an expert view. **BMJ Evidence-Based Medicine**, [S.I.] v. 24, n. 3, p. 103-108, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1136/bmjebm-2018-111019>. Disponível em: <https://ebm.bmjjournals.org/content/24/3/103>. Acesso em: 28 fev. 2025.

PATRÍCIO, K. P. et al. O uso de plantas medicinais na atenção primária à saúde: revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, Manguinhos, RJ, v. 27, n. 2, p. 677-686, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022272.46312020>. Disponível em: <https://cienciasaudecoletiva.com.br/artigos/o-uso-de-plantas-medicinais-na-atencao-primaria-a-saude-revisao-integrativa/17949>. Acesso em: 28 fev. 2025.

PEDROSO,R. S.; ANDRADE,G.; PIRES,R. H. Plantas medicinais: uma abordagem sobre uso seguro e racional. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p.1-19, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312021310218>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/kwsS5zBL84b5w9LrMrCjy5d/?lang=pt>. Acesso em: 28 fev. 2025.

PEREIRA-SILVA,J. I. et al. A contribuição de um Centro de Informações sobre Medicamentos para melhorar a segurança na cadeia medicamentosa. **Revista Brasileira de Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 978-978, 2023. DOI: <https://doi.org/10.30968/rbfhs.2023.143.0978>. Disponível em: <https://jhphs.org/sbrafh/article/view/978>. Acesso em: 28 fev. 2025.

POSSAMAI, F. P.; DACOREGGIO, M. S. A habilidade de comunicação com o paciente no processo de atenção farmacêutica. **Trabalho, Educação e Saúde**, Manguinhos, RJ, v. 5, n. 3, p. 473–490, nov. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462007000300008>. Disponível em: <https://www.tes.epsjv.fiocruz.br/index.php/tes/article/view/1749>. Acesso em: 28 fev. 2025.

SANTOS, M. R. A.; LIMA, M. R.; FERREIRA, M. G. R. Uso de plantas medicinais pela população de Ariquemes, em Rondônia. **Horticultura Brasileira**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 244–250, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-05362008000200023>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hb/a/f9zpxGbrFrQZCKHrdSMK6Zt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 mar. 2025.

SCHNEIDER, L. R.; PEREIRA, R. P. G.; FERRAZ, L. Prática Baseada em Evidências e a análise sociocultural na Atenção Primária. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 2-18, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300232>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/kq66hywGnfmM4JtrftJM4ys/?lang=pt>. Acesso em: 28 fev. 2025.

SOUZA, T. T. et al. Morbidade e mortalidade relacionadas a medicamentos no Brasil: revisão sistemática de estudos observacionais. **Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada**, Araraquara, SP, v. 35, n. 4, 2014. Disponível em: <https://rcfba.fcifar.unesp.br/index.php/ojs/article/view/82>. Acesso em: 14 Jan. 2025.

SILVA, C. D. C. et al. Centro de informação sobre medicamentos: contribuição para o uso racional de fármacos. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 531-535, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1997000300029>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/SpcYVJL6h8tDRCVrGDspxfG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 mar. 2025.

VELOSO, A. R. et al. Cultivo e uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, [S. l.], v. 27, n. 1, 2023. DOI: 10.25110/arqsaude.v27i1.2023.9068. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/saude/article/view/9068>. Acesso em: 14 jan. 2025.

VIDOTTI, C.C. F et al. Sistema Brasileiro de Informação sobre Medicamentos - SISMED. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 1121-1126, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2000000400030>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/m3zV6T44srYDhpxxgSCDgTg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 fev. 2025.